

Ata n.º 20/2020



Reunião de Câmara realizada no dia 6 de outubro de 2020

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila da Lousã, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu ordinária e publicamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Rui Daniel Colaço Lopes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Maria Conceição Ferreira e Orlando António Lopes Ferreira. O Senhor Vereador Ricardo Fernandes esteve ausente por motivo de férias. -----

Às dez horas e nove minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -----

1 - Período antes da Ordem do Dia -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra para intervir sobre vários assuntos. Começou por dar conhecimento ao Executivo de que no passado sábado ocorreu um acidente, no cruzamento na Av. Coelho da Gama com a Rua Carlos Reis. Disse não ser caso único porque aquele cruzamento apresenta bastante perigo especialmente para aqueles que não estão familiarizados com o local, entendendo-se que se trata de via com sentido único. Assim, e como sugestão no âmbito da Regeneração Urbana em curso, solicitou a apreciação deste assunto para uma eventual intervenção naquele cruzamento, por forma a evitar mais acidentes no local. Em seguida, e referindo-se às obras a realizar na Escola Secundária da Lousã, tendo em conta que na última sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal, foi aprovada uma alteração orçamental para inscrição da dotação de dois milhões de euros para o projeto, deu nota de que este tipo de obra poderá beneficiar de um apoio comunitário e governamental que poderá ascender até 92% do investimento, segundo informações que recolheu do governo, pelo que sugeriu que fosse equacionada esta opção. Afirmou ter mais informações sobre este assunto que poderá prestar caso o Senhor Presidente assim o entenda. Em

seguida, deu conhecimento de que, na semana passada, assistiu a um “*cenário desagradável*”, que o escandalizou, quando viu dois trabalhadores do Agrupamento de Escolas da Lousã entregarem dois garrafões de álcool gel de cinco litros cada, com a recomendação de que aquele produto teria que ser suficiente para quarenta/cinquenta dias de utilização. Considerando que se trata de um universo de cento e quarenta pessoas, entre professores, auxiliares e alunos, no seu entendimento, o Agrupamento de Escolas deverá pedir reforços em caso de dificuldades na aquisição deste produto, a fim de poder gerir da melhor forma a higienização para evitar a proliferação da pandemia e de acordo com as recomendações e segurança necessárias emanadas da Direção Geral da Saúde. Após esta exposição, solicitou ao **Senhor Presidente** e à **Senhora Vereadora da Educação** que tomassem diligências, falando com todas as escolas do concelho, na pessoa dos seus diretores, para tentarem perceber quais as dificuldades que as mesmas possam estar a ter com a gestão de higienização desta pandemia. Referindo-se, ainda, à pandemia, demonstrou a sua insatisfação ao saber que há alunos com familiares que testam positivo e são apenas colocados em quarentena, sem fazerem o teste, a menos que haja sintomas. No seu entendimento, caso a Câmara Municipal possa interferir neste procedimento deverá mandar fazer o teste, porque não gostou deste episódio a que assistiu e da forma como foi gerido. Por último, deu conhecimento de que, finalmente, recebeu a resposta à carta que o PSD tinha remetido à APIN, contendo esta alguns erros, tal como a faturação. Reportou que na comunicação a APIN diz que os erros em atraso nas faturas estão a ser resolvidos, mas não é essa a informação de que dispõe, contudo, afirmou já não ter força para lutar contra isto, porque os procedimentos continuam a ser executados de forma errada contra a indiferença da APIN e continuam a aparecer duas e três faturas por mês para cada consumidor. Relativamente à componente fixa, que é a reclamação contra a qual o PSD tem vindo a reivindicar e que mantém é a redução da taxa fixa de água, saneamento e resíduos. A APIN diz que poderá ser revista nos próximos tempos. Afirmou que segundo a APIN, a tarifa fixa visa acomodar os custos da empresa e investimentos futuros previstos, nomeadamente, na renovação das redes. Os custos fixos com poucos funcionários, quase nulo, o investimento no imobilizado, maquinaria e ferramentas, viaturas e caixotes do lixo,

referiu que parte deste equipamento passou das autarquias para a empresa, as redes de abastecimento foram todas construídas pelas próprias autarquias, pelo que, continua sem entender a razão de uma taxa fixa tão alta, até porque o investimento nas próprias redes e segundo informação da empresa, vai ser alvo de financiamento comunitário. Fez uma apresentação de exemplos de pagamentos de taxas fixas mínimas e sem consumo, ao mês, para consumidores domésticos, no valor de EUR: 10, 42 e não-domésticos, no valor de EUR: 18.32. Afirmou, citando: *“Não consigo aceitar mais promessas por parte da APIN no que refere que em breve vamos baixar, até porque, se formos avaliar um documento que se chama tarifário dos serviços e sua trajetória de evolução temporal, verificamos que dentro de quatro a cinco anos as mesmas taxas fixas já estão previstas subir novamente. Aliás, se formos avaliar o tal documento percebemos que as taxas fixas aplicadas, hoje, são superiores ao próprio documento que está publicado, no Anexo XVI do Contrato de Gestão Delegada. O PSD exige por parte da APIN que em janeiro de dois mil e vinte e um, as taxas fixas sejam reduzidas realmente nos 25%. Esta é a segunda vez que o PSD apela ao bom senso e com bom senso à empresa intermunicipal, e posso garantir que será a última.”* -----

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira interveio para dar nota de que o início ano letivo, foi organizado tendo em consideração o conjunto de normas e orientações do Ministério da Educação e da Saúde, os procedimentos e planos de contingência foram definidos, articulados com a Senhora Delegada de Saúde e comunicados à Comunidade Educativa. A Câmara acompanhou este processo, participou nas reuniões e esteve disponível para apoiar e responder às diversas solicitações, nomeadamente no que diz respeito a questões logísticas e de organização de atividades. Salientou que os protocolos, normas e procedimentos que é preciso observar não decorrem da ação da Câmara Municipal, mas das entidades de saúde que devem, em primeira instância, indicar e orientar o que deve ou não ser feito e os procedimentos a adotar. Relativamente a todas as outras normas de reforço de higienização e de pessoal, informou que já foi feita a primeira avaliação, as primeiras medidas implementadas, nomeadamente, o desfasamento de horários nos refeitórios, bem como a revisão de horários de assistentes operacionais para poderem permitir a devida higienização. Informou

que está a ser revisto o procedimento de reforço de contratação de mais assistentes operacionais, que está a ser tratado neste momento, quer pela parte da Câmara Municipal, através programa CEI+ , como medida excecional de resposta à situação, quer da parte do Ministério da Educação. Informou, também, que teve reunião na passada sexta-feira para avaliação dos procedimentos e não chegou ao seu conhecimento nenhum pedido de reforço ou necessidade de material de higienização. Salientou, no entanto, que é preciso definir as normas de utilização do que é razoável e sustentável. Deu ainda nota de que os horários dos transportes foram ajustados, excecionalmente, para evitar concentração de alunos da parte da tarde nas escolas, nomeadamente os que não estão inscritos em atividades extracurriculares. Disse ainda que a intervenção na Escola Secundária está a ser tratado e agilizado pela Câmara Municipal, que tem estado envolvida desde a primeira instância no processo, em articulação com a Dgeste e com a equipa de Projeto. Concluiu a sua intervenção informando de que, na área da Cultura, no passado fim-de-semana, teve lugar no Hotel Palácio da Lousã uma iniciativa da Cooperativa Trevim, com o apoio da Câmara Municipal, de apresentação de um livro “Estórias de um Arquivo Judicial – A Grande Devassa – 1820/1920, da autoria do Juiz Lousanense José Avelino Gonçalves, cuja exposição está patente na Biblioteca Municipal Comendador Montenegro. Aproveitou o momento para convidar a todos para que, com as devidas normas de lotação da Biblioteca Municipal, visitassem a exposição que é muito interessante. -----

O Senhor Vice-Presidente usou da palavra para reforçar as palavras anteriormente proferidas pela **Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira** e dizer que a Câmara Municipal está a desenvolver um esforço adicional para proporcionar condições aos alunos neste ano letivo atípico. A preocupação é proteger, o mais possível, os alunos e demais profissionais desta comunidade contra a pandemia da Covid-19. Frisou que estas alterações e ajustamentos implicam um custo adicional para o município. Sublinhou de que na Lousã existe uma rede pública de transportes, devidamente homologada pela AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, e pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, e é com esta base que se trabalha, não existe aluguer específico para transportes escolares. Desta forma, é natural que seja necessário a prestação de serviços implicar algum

tempo de espera. Informou que esta rede tem respondido às necessidades e têm sido introduzidos alguns ajustamentos de acordo com as necessidades que foram pontualmente apresentadas e devidamente justificadas. Informou o Executivo, na área do Desporto, da realização de um torneio de competição, no passado fim-de-semana, e à porta fechada, de Badminton, organizado pela Federação Portuguesa.

O **Senhor Presidente** tomou a palavra começando por dizer que também teve conhecimento do acidente de viação no cruzamento da Av. Coelho da Gama e que já há algum tempo foi colocada uma lombada redutora de velocidade, a fim de melhor sinalizar a aproximação do cruzamento, no entanto, disse que se poderá reforçar a sinalética no cruzamento, embora já há bastante tempo não se tenham registado ali acidentes. Informou que a beneficiação da Escola Secundária da Lousã é um objetivo que já vem do anterior Mandato, mas que, durante este Executivo, teve mais desenvolvimentos. Informou que o projeto foi reconhecido como importante, já no anterior governo, com a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, e que por seu despacho, o Ministério da Educação contratou a execução do projeto a uma entidade privada que, posteriormente, e através da DGEstE, o entregou à Câmara Municipal que a partir daí encetou mais diligências e já com o atual governo para a concretização deste objetivo. Deu nota de que a Câmara Municipal tem tido um grande empenho na concretização deste objetivo uma vez que assumidamente é a “*dona da obra*”. O assunto foi à Assembleia Municipal porque para lançamento do procedimento de contratação pública tem que estar inscrito em orçamento o valor total da empreitada. Isto não significa que a Câmara Municipal não vá recorrer a financiamento comunitário, antes pelo contrário, o projeto está identificado no âmbito da CIM-RC no que respeita ao Pacto para o Desenvolvimento Territorial e existem já desenvolvimentos de trabalhos que oferece alguma segurança relativa ao apoio comunitário, inclusivamente uma declaração da CCDRC onde aquela entidade garante o financiamento comunitário a partir do momento que o concurso público esteja lançado, estando previsto para o próximo mês de novembro. Agradeceu o interesse manifestado pelo **Senhor Victor Carvalho**, mas, tendo em conta o posicionamento do projeto da Escola Secundária da Lousã e ao trabalho já desenvolvido pela Câmara Municipal, neste momento não é necessária informação

adicional. Sobre o funcionamento das escolas em tempo de pandemia e conforme afirmou anteriormente e em vários momentos, disse que é uma situação em que tem que haver compreensão e colaboração de toda a comunidade para que se consiga que este processo, essencial no ensino presencial, seja realizado com maior fluidez e sucesso possíveis. Todos sabem que é um desafio grande e complexo a vários níveis e existirão situações sempre a melhorar. Quanto à distribuição do álcool gel, informou que o Agrupamento de Escolas é que faz essa gestão, porque recebeu o produto do Ministério da Educação, procedeu a aquisições e recebeu ainda um donativo de uma empresa da Lousã. Eventualmente, foi instituído algum rigor e contenção para não ser banalizado ou desperdiçado o uso do produto, no entanto e, no caso concreto apresentado, poderá o **Senhor Vereador Victor Carvalho** solicitar esclarecimentos diretamente ao Agrupamento de Escolas. Relativamente a outros procedimentos, deu nota de que o acompanhamento da Câmara Municipal é efetivo, diário e permanente, sendo os procedimentos em caso de infetados informou que são da responsabilidade da Autoridade Local de Saúde, que é a Senhora Delegada de Saúde e, na eventualidade da situação ter maior expressão será a Autoridade Regional de Saúde que terá que definir os procedimentos. Os casos existentes até ao momento, estão de acordo com o que foi implementado em outras escolas de outros concelhos e estão de acordo com os procedimentos instituídos. A Câmara Municipal tem prestado o apoio devido para que tudo decorra com a máxima normalidade e naturalidade, impedindo, também que se causem alarmismos e ruído social, salvaguardando a privacidade e identidade das pessoas. Sobre a APIN, disse que os erros já são menos frequentes e os munícipes que tenham dúvidas ou erros na faturação para além de poderem contactar diretamente a empresa, podem ainda solicitar apoio à Câmara Municipal que está disponível para quaisquer esclarecimentos e, caso seja necessário, a própria Câmara Municipal, enquanto intermediária e interessada no processo, faz a avaliação e articulação com a APIN. Sobre o facto de haver duas faturas no mesmo mês, esclareceu de que não havia a obrigatoriedade de pagamento no mesmo mês, porque o período foi alargado. Sobre as tarifas fixas, disse que a questão de base está perfeitamente entendida, e são uma forma da APIN poder ter meios para fazer face ao funcionamento corrente

e de investimento que é feito com fundos comunitários e com uma componente de autofinanciamento. Salientou que há ainda uma componente de investimento que não tem fundos comunitários que dizem respeito à manutenção e intervenção corretiva da rede e alguns outros trabalhos que estão fora dos projetos financiados por fundos comunitários. A APIN tem que pagar os equipamentos que tem utilizado das Câmaras Municipais, de acordo com o protocolo que está assumido e, como tal, tem que ter meios financeiros para fazer face a esses pagamentos. Reiterou que a APIN tem a preocupação de poder vir a fazer ajustes às taxas fixas e variáveis, mas eventualmente, o valor global da fatura não irá diminuir nem tão pouco pode haver garantia da diminuição no prazo que o PSD invoca. Recordou que já houve, este ano, uma alteração do tarifário e levou a que este, seja hoje, mais adaptado à realidade socioeconómica do que era em janeiro do ano de dois mil e dezanove. Mencionou, ainda, corroborando com as palavras da **Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira**, a exposição e lançamento do livro do Lousanense que trabalha na área da Justiça e que esteve a presidir à Comarca de Castelo Branco e, no âmbito da sua atividade profissional e atendendo ao seu gosto pessoal por estas questões da investigação e da estória, fez uma compilação de factos através de decisões judiciais e enquadramento social e político de um período de cem anos. Disse que se trata de uma obra interessante para a contextualização dos vários momentos coletivos desta região com especial enfoque na Beira Baixa e Serra da Estrela. Sobre a atividade desportiva, assim como outras, salientou que a pandemia afeta de forma transversal tudo e todos. A Câmara Municipal tem vindo a acompanhar e as entidades de saúde a nível nacional estão a avaliar e a tomar decisões de forma evolutiva em função dos dados que vão surgindo, facto que cria um desafio adicional a todas as entidades e a todas as pessoas. Concluiu dizendo que a pandemia é uma questão da sociedade, da comunidade em geral e ninguém está dispensado. É um desafio para o qual todos estão mobilizados com uma perspetiva de compreensão e colaboração de forma a dar as melhores respostas. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou em defesa da sua palavra esclarecendo que a sua exposição relativamente à distribuição do álcool gel, situação a que assistiu presencialmente, não lhe foi contada, e partilhou o assunto

no sentido da autarquia, indivíduos ou comunidade empresarial procurarem ajudar o Agrupamento de Escolas. Sobre os testes, reiterou a sua discordância pela forma como o procedimento está estabelecido, tanto mais que familiar ou aluno, estão inseridos numa comunidade escolar, pelo que, em caso de dúvida, deveria dar lugar a teste. -----

O Senhor Presidente retomou a palavra dizendo que não pôs em causa o testemunho apresentado pelo **Senhor Vereador Victor Carvalho**, mas que esse procedimento depende das autoridades competentes, neste caso, pela Direção do Agrupamento de Escolas, não passa pela intervenção direta da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Victor Carvalho reiterou na necessidade de apurar comportamentos ao que o **Senhor Presidente** respondeu que essas situações são tratadas pelo Agrupamento de Escolas, entidade que toma as decisões. -----

O Senhor Presidente deu ainda, conhecimento de uma comunicação da Direção da Filarmónica Serpinense a informar que foram assinalados os vinte e cinco anos da Filarmónica Serpinense, mas dadas as circunstâncias provocadas pela pandemia da Covid-19 que continuam, não houve cerimónia oficial. O Executivo Municipal reconhece a importância da Associação e felicita pelo 25º aniversário da Filarmónica Serpinense, desejando a continuação de bom trabalho e felicidades para o futuro. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (doc. nº 1 (um)).-----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 21 de setembro de 2020. -----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e um de setembro do ano de dois mil e vinte. -----

2.2 - Informações do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 - O Senhor Presidente a dar conhecimento à Câmara Municipal do despacho datado de 25 de setembro de 2020 referente à aprovação da 11ª Alteração ao Orçamento e da 11ª Alteração às Grandes Opções do Plano.-----

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seus despachos datados do dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e vinte, referentes à aprovação da 11ª Alteração ao Orçamento e da 11ª Modificação às Grandes Opções do Plano de 2020. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 2 (dois)).-----

2.3 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara:-----

2.3.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação da aprovação referente à "Criação da Rede de Percursos Pedestres da Lousã" como projeto de interesse Municipal.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar a aprovação do Senhor Presidente exarada no dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e vinte, referente à "Criação da Rede de Percursos Pedestres da Lousã" como projeto de interesse Municipal com data de vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e vinte e submetida para apreciação e votação da Assembleia Municipal, no mesmo dia, tendo sido aprovada por unanimidade. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 3 (três)).-----

2.3.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a alteração das regras de ocupação do espaço público, permitindo nas estações de outono e inverno a instalação de novas esplanadas, no seguimento das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID 19.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de alteração das regras de ocupação do espaço público, permitindo nas estações de outono e inverno a instalação de novas esplanadas, no seguimento das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID 19. Mais deliberou que deverão ser criadas todas as regras que evidenciem o caráter excecional. Documento que por ser extenso se dá

por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)). -----

2.3.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da comparticipação financeira à Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, no valor de 643,19 € , referente à elaboração da candidatura ao Aviso nº POISE-37-2020-01 (relativa à Tipologia 3.17 - Instrumentos específicos da proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica).

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de comparticipação financeira à Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, no valor de EUR: 643,19 (seiscentos e quarenta e três euros e dezanove cêntimos), referente à elaboração da candidatura ao Aviso nº POISE-37-2020-01 (relativa à Tipologia 3.17 - Instrumentos específicos da proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/232/04050104. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 5 (cinco)). -----

2.4 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vice-Presidente, Rui Lopes: -----

2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao jovem Lousanense Eduardo Carvalho pelos resultados obtidos - Campeão Nacional de Jovens 2020 e Campeão Nacional de Juvenis, no Campeonato Nacional de Damas. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao jovem Lousanense Eduardo Carvalho pelos resultados obtidos - Campeão Nacional de Jovens 2020 e Campeão Nacional de Juvenis, no Campeonato Nacional de Damas. Este voto de reconhecimento é extensivo à Associação ACTIVAR, Treinador e a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para os excelentes resultados alcançados. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 6 (seis)). -----

2.4.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao ciclista Lousanense Fábio Fernandes, que se sagrou Campeão Nacional de Rampa e Bicampeão Nacional de Contrarrelógio na categoria de juniores, nos Campeonatos Nacionais de Rampa e de Contrarrelógio, organizados pela Federação Portuguesa de Ciclismo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao ciclista Lousanense Fábio Fernandes, que se sagrou Campeão Nacional de Rampa e Bicampeão Nacional de Contra relógio na categoria de juniores, nos Campeonatos Nacionais de Rampa e de Contrarrelógio, organizados pela Federação Portuguesa de Ciclismo. Este voto de reconhecimento é extensivo à equipa de ciclismo "EFAPEL" e a todos os que de uma forma direta ou indireta contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 7 (sete)). -----

2.4.3 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento a Daniel Pombo que se sagrou Campeão Nacional de Downhill - 2020 na Categoria de Master - 30 Masculino, no Campeonato Nacional de Downhill organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento a Daniel Pombo que se sagrou Campeão Nacional de Downhill - 2020 na Categoria de Master - 30 Masculino, no Campeonato Nacional de Downhill organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo. Este voto de reconhecimento é extensivo a todos os que de uma forma direta ou indireta contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 8 (oito)). -----

2.4.4 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento ao atleta Gonçalo Bandeira que se sagrou Campeão Nacional de Downhill - 2020 na Categoria de Juniores e

Elite Masculino, no Campeonato Nacional de Downhill, organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento ao atleta Gonçalo Bandeira que se sagrou Campeão Nacional de Downhill – 2020 na Categoria de Juniores e Elite Masculino, no Campeonato Nacional de Downhill, organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo. Este voto de reconhecimento é extensivo a todos os que de uma forma direta ou indireta contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 9 (nove)). -----

2.4.5 – O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à atleta Margarida Bandeira que se sagrou Campeã Nacional de Downhill – 2020 na Categoria de Elite Feminino, no Campeonato Nacional de Downhill, organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta, entretanto subscrita por todos os elementos do Executivo, e atribuir um Voto de Reconhecimento à atleta Margarida Bandeira que se sagrou Campeã Nacional de Downhill – 2020 na Categoria de Elite Feminino, no Campeonato Nacional de Downhill, organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo. Este voto de reconhecimento é extensivo ao Montanha Clube/LouzanPark e a todos os que de uma forma direta ou indireta contribuíram para o excelente resultado alcançado. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 10 (dez)). -----

2.5 – Proposta do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira:-----

2.5.1 – O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora propõem à Câmara Municipal celebração de um protocolo de cooperação com a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, âmbito da Pandemia COVID 19 e do Projeto Lous@emRede, para articulação de respostas à população sénior mais vulnerável,

bem como apoio para o reforço do seu acompanhamento, nos termos definidos em Protocolo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de celebração de um protocolo de cooperação entre a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, designada por ADSCCL, associação de solidariedade social e desenvolvimento local, sem fins lucrativos com o NIPC 50592868 e sede na Rua Nossa Senhora da Ajuda, em Vilarinho-Lousã, legalmente representada pelo seu Presidente António Antunes Marçal, e o Município da Lousã, com sede na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Lousã, pessoa coletiva de direito público nº 501 121 528, legalmente representada por Luís Miguel Correia Antunes, na qualidade de Presidente da Câmara, no âmbito da Pandemia COVID 19 e do Projeto Lous@emRede, para articulação de respostas à população sénior mais vulnerável, bem como apoio para o reforço do seu acompanhamento, nos termos definidos em Protocolo. A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/232/040701. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 11 (onze)). -----

2.6 - Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes:-----

2.6.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a celebração do contrato de comparticipação financeira para acompanhamento técnico, no âmbito do Programa 1º Direito, entre o IHRU, I.P. e o Município da Lousã, bem como a aprovação da minuta do referido contrato de acordo com a proposta. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a celebração do contrato de comparticipação financeira entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 5, em Lisboa, pessoa coletiva número 501 460 888, de ora em diante designado por IHRU, I.P., representado por Isabel Maria Martins Dias, na qualidade de Presidente do Conselho Direto e o Município da Lousã, com sede na Rua Dr. João Santos, 3200-953 Lousã, pessoa coletiva número 501 121 528 para contratação de acompanhamento técnico para a elaboração da ELH, que foi submetida na “Plataforma eletrónica do 1º Direito”, do IHRU, I.P., em vinte e dois

de abril do ano de dois mil e vinte e o Município da Lousã, bem como a aprovação da minuta do referido contrato de acordo com a proposta. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 12 (doze)).-----

2.7 – Proposta da Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira: -----

2.7.1 – A Senhora Vereadora propõe à Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de setembro pela Unidade de Intervenção Social e Saúde no âmbito das medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os apoios concedidos no mês de setembro pela Secção de Intervenção Social, no valor de EUR: 3.000.00 (três mil euros), referentes à rubrica 0102/04080202. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 13 (treze)).-----

2.8 – Correspondência:-----

2.8.1 – Clube Escape Livre, a agradecer à Câmara Municipal a colaboração na organização do passeio "Aventura Dacia 4x2."-----

O Senhor Presidente deu conhecimento de uma comunicação do Presidente do Clube Escape Livre a agradecer à Câmara Municipal a colaboração na organização do passeio "Aventura Dacia 4x2", enaltecendo a forma célere e eficaz prestada às questões apresentadas. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 14 (catorze)).-----

2.9 – Divisão Financeira – Serviço de Compras e Aprovisionamento: -----

2.9.1 – Consulta prévia nº41/2020 – Procedimento de "Fornecimento de energia elétrica (instalações e iluminação pública)," com recurso ao Acordo-quadro celebrado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Proposta de adjudicação. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta concordar com a proposta de adjudicação a EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., pelo valor global de EUR: 520.352.63 (quinhentos e vinte mil trezentos e cinquenta e dois euros e sessenta e três cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor. Mais deliberou designar o Eng.º Paulo Carvalhinho,

enquanto gestor do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 290º A do CCP. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 15 (quinze)).

2.10 - Público: -----

1. Sr. Manuel dos Santos Amaral, residente no lugar dos Pegos, Freguesia e Concelho da Lousã veio apresentar ao Executivo algumas necessidades de arranjo no lugar dos Pegos. Começou por reiterar o pedido de arranjo de duas paragens de autocarro, uma, junto à residente do Sr. Manuel da Costa Rodrigues, e outra, junto ao ribeiro. Salientou que não está a pedir paragens cobertas, apenas que o chão seja arranjado para que as crianças não andem em cima da água. Solicitou, também, o alargamento da ponte no mesmo local, visto esta ser mais estreita do que a via pública e o arranjo do Largo Armando Rodrigues, terreno oferecido para o parque de estacionamento. Questionou ainda a razão pela qual estas obras ainda não foram concluídas embora tivessem sido solicitadas há muito tempo e já com início de intervenção. A concluir, solicitou o arranjo de uma entrada de acesso a Miranda do Corvo, junto do viaduto, entre o lugar dos Pegos e o Padrão, na Estrada Nacional 342. -----

2. Sr. Senhor Manuel da Costa Rodrigues residente no lugar dos Pegos, Freguesia e Concelho da Lousã reforçou a necessidade de arranjo do chão na paragem de autocarro, junto à sua residência, em virtude de ali se concentrarem águas que escorrem. -----

O Senhor Presidente deu as boas-vindas ao público presente e tomou nota dos assuntos informando ter conhecimento deles e de que iria dar seguimento para o encarregado de obras da Câmara Municipal. Quanto às obras de acesso a Miranda do Corvo, informou que não depende apenas da Câmara Municipal, mas acima de tudo das Infraestruturas de Portugal que terão que incluir verba para fazer esta obra que até agora não foi considerada prioritária. -----

Nada mais havendo a tratar, às quinze horas o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

Felipe Antunes

A Secretária,

Fátima Martins